

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0323289-5 1ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Agravante: CLAUDECIR BARREIRA ALVES

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.


EMENTA: AGRAVO LEGAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. VEÍCULO AUTOMOTOR. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COM PEDIDO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. DEPÓSITO INTEGRAL DA PARCELA CONTRATUALMENTE PACTUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do art. 334, do Código Civil, a consignação em pagamento só é cabível pelo depósito da quantia devida, e não por montante diverso daquele a que a parte se obrigou contratualmente, já que o credor não é obrigado a receber prestação diversa da prevista na avença, nem a receber prestação divisível por partes, se assim não se ajustou (art. 313 e art. 314, do mesmo diploma legal).
2. Somente com o depósito integral da parcela contratualmente pactuada é que a tutela consignatória deve ser deferida, evitando, assim, que o devedor caia em mora e venha a sofrer com os efeitos de uma eventual busca e apreensão.
3. Recurso não provido.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0323289-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coelho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 0323289-5 1ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Agravante: CLAUDECIR BARREIRA ALVES

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Agravo Legal interposto contra Decisão Terminativa (fls. 131/134), de minha lavra, que, nos autos da ação revisional de contrato de financiamento c/c consignação em pagamento com antecipação de tutela, negou seguimento ao agravo de instrumento por entender que a consignação em pagamento só é cabível pelo depósito da quantia devida e não por montante diverso daquele a que a parte se obrigou contratualmente.

Arguiu o agravante, resumidamente, que não há qualquer previsão legal que permita o juiz exigir o depósito integral ou proibir o depósito do valor que o devedor entender ser devido.

É o essencial a relatar.

Apresento em mesa, independentemente de inclusão em pauta para julgamento, por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos:

“DECISÃO TERMINATIVA

CLAUDECIR BARREIRA ALVES intenta o presente recurso de Agravo de Instrumento, em face da decisão interlocutória proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Olinda, que, nos autos da Ação de revisão de contrato c/c consignação em pagamento (processo nº 0011036-77.2013.8.17.0990), movida pela agravante contra BANCO ITAUCARD S/A, indeferiu a antecipação de tutela pleiteada, negando-lhe, dentre outros pedidos, o direito de consignar as parcelas vencidas e vincendas por ela consideradas devidas (fls. 71/72 e fls. 87/88).

Em suas razões, a Agravante defende a necessidade de reforma da decisão, argumentando, em síntese, que o pedido de consignação está em absoluta consonância com o melhor entendimento jurisprudencial, requerendo, ao final, que lhe seja autorizada a consignação em pagamento do valor ofertado.

Em contrarrazões, o agravado pugnou pela manutenção integral da decisão vergastada (fls. 108/112).

É o relatório.

DECIDO.

Juízo de admissibilidade satisfeito.

Compulsando os autos, verifico que o magistrado singular indeferiu o pedido de consignação formulado pela agravante sob o argumento de que esta escorou sua pretensão em alegações genéricas, sem especificar as cláusulas contratuais que entende abusivas, pretendendo consignar parcelas em valor menor do que o previsto no contrato de financiamento celebrado entre as partes.

Sobre a questão, asseverou o juiz monocrático que o depósito judicial, com efeito liberatório, por ser meio indireto e excepcional de pagamento, só tem lugar nos casos previstos em lei, não se prestando à consignação de valor absolutamente diverso do contratado.

Com efeito, o referido entendimento encontra amparo na moderna orientação do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual, a consignação é forma válida de extinção da obrigação, bem como de prevenção da mora, quando concorram, em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento, nos termos do art. 336, do Código Civil.

Outrossim, ressalta a Corte Superior de Justiça que, segundo a inteligência do art. 334, do digesto civil vigente, a consignação em pagamento só é cabível pelo depósito da quantia devida, e não por montante diverso daquele a que a parte se obrigou, já que o credor não é obrigado a receber prestação diversa, nem a receber prestação divisível por partes, se assim não se ajustou (art. 313 e art. 314, do mesmo diploma legal).

Por oportuno, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PROCEDIMENTO QUE SE AMOLDA AO DIREITO MATERIAL, PROPICIANDO, EM VIRTUDE DE ALGUM OBSTÁCULO, A LIBERAÇÃO DO DEVEDOR DA OBRIGAÇÃO. DEPÓSITO DA QUANTIA OU COISA DEVIDA. PRESSUPOSTO PROCESSUAL OBJETIVO. REQUERIMENTO DO DEPÓSITO APENAS DAS PRESTAÇÕES QUE FOREM VENCENDO NO DECORRER DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO, SEM RECOLHIMENTO DO MONTANTE INCONTROVERSO E VENCIDO. DESCABIMENTO.

1. O procedimento da consignação em pagamento existe para atender as peculiaridades do direito material, cabendo às regras processuais regulamentar tão somente o procedimento para reconhecimento judicial da eficácia liberatória do pagamento especial.

2. Na consignação em pagamento, o depósito tem força de pagamento, e a ação tem por finalidade ver atendido o direito material do devedor de liberar-se da obrigação e de obter quitação, por isso o provimento jurisdicional terá caráter eminentemente declaratório de que o depósito oferecido liberou o autor da obrigação, relativa à relação jurídica material. (REsp 886.757/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 26/03/2007, p. 214)

3. Todavia, para que a consignação tenha força de pagamento, conforme disposto no art. 336 do Código Civil, é mister concorram, em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento. Destarte, a consignação em pagamento só é cabível pelo depósito da coisa ou quantia devida, não sendo possível ao recorrente pretender fazê-lo por montante ou objeto diverso daquele a que se obrigou, pois o credor (réu) não pode ser compelido a receber prestação diversa ou, em se tratando de obrigação que tenha por objeto prestação divisível, a receber por partes, se assim não se ajustou (arts. 313 e 314 do CC).

4. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp 1170188/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/02/2014, DJe 25/03/2014).

No mesmo sentido, posiciona-se o Tribunal de Justiça de Pernambuco:

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COM PEDIDO DE REVISÃO E ANULAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INEXISTÊNCIA DE TESE FUNDADA NA APARÊNCIA DO BOM DIREITO E EM JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ E DO STF. POSSIBILIDADE DE DEPÓSITO EM JUÍZO DOS VALORES CONTROVERSOS. NECESSIDADE DE QUITAÇÃO CONCOMITANTE DOS VALORES INCONTROVERSOS DIRETAMENTE À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, NO TEMPO E MODO CONTRATADOS, COMO FORMA DE AFASTAR A MORA. INCIDÊNCIA DO ART. 285-B, §1º, DO CPC. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Consoante entendimento pacífico do Col. Superior Tribunal de Justiça, para ser afastada a mora e seus efeitos, devem estar presentes alguns requisitos, quais sejam: que o devedor proponha ação revisional, contestando a existência integral ou parcial da dívida; que haja demonstração de que a irresignação contra a cobrança indevida se funda em jurisprudência dominante de Cortes Superiores; e que o devedor proceda ao depósito do valor incontroverso, ou preste caução idônea. Supostos vícios do contrato, apontados pelo Agravado, que não se apresentam de forma inequívoca, inexistindo, ainda, qualquer prova de que os valores das tarifas são abusivos e superiores ao usualmente cobrado para operações similares.

- Contrato livremente pactuado entre as partes, devendo, pois, ser cumprido nos exatos termos estabelecidos, até que eventuais abusividades sejam declaradas pelo Poder Judiciário, razão pela qual eventual negativação do nome do Requerido decorre de exercício regular de direito da credora.

- Ainda que seja possível o depósito do valor incontroverso das parcelas contratuais (como permite o art. 335, V, do CC/2002), este fato, isoladamente, não é suficiente para suspender os efeitos da mora; o que só ocorrerá caso, além de pagar a parcela incontroversa diretamente à instituição financeira, no tempo e modo contratados, o Agravado deposite em juízo a parte que deseja controverter. Incidência do art. 285-B, §1º, do CPC.

- Recurso parcialmente provido, com a ressalva de que o Autor/Agravado poderá adimplir a parte incontroversa através de pagamento direto à instituição financeira, ou por meio de boleto bancário emitido por esta em valor a ser indicado por aquele - o qual, após a indicação, e enquanto não for emitido e vencido sem eventual quitação, não poderá dar ensejo à mora.

- Recurso parcialmente provido.

(TJPE - Agravo de Instrumento 321580-9; Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; 2ª Câmara Cível; Publicação 20/01/2014).

E M E N T A: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO, COM FULCRO NO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PROPOSTA DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO EM VALOR AQUÊM AO PACTUADO. IMPOSSIBILIDADE. SPREAD BANCÁRIO. PERCENTUAL DE INADIMPLÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE OS JUROS COBRADOS EM RAZÃO DO FINANCIAMENTO EXCEDEM A MÉDIA PRATICADA NO MERCADO. PREVALÊNCIA DO PACTA SUNT SERVANDA. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO OBSERVADA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A consignação em pagamento é modalidade excepcional de extinção da dívida, tendo seu cabimento sujeito às hipóteses previstas nos arts. 335 do Código Civil e 890 e seguintes do Código de Processo Civil, hipóteses essas que não se encaixam no caso em análise.

2. Não obstante a ausência de lei que limite tanto o spread bancário quanto as taxas de juros, o contrato firmado com instituições financeiras deve ser respeitado, mormente quando não verificados abusos que demonstrem que as referidas taxas destoam da média comumente verificada na no mercado.

3. Nesse sentido, mister zelar pelo pacta sunt servanda, que impõe a obrigação de respeito aos termos pactuados no contrato, os quais, em tese, devem representar a livre vontade das partes.

4. A incidência do percentual de inadimplência no cômputo dos juros inseridos em parcelas de financiamento, a rigor, não contraria a função social do contrato, que neste diapasão é analisada em consonância com os princípios da equidade, boa-fé objetiva e justiça contratual.

5. A propósito do tema, saliente-se que a razão de ser do noticiado percentual, o qual integra o cálculo do spread bancário, é mitigar o impacto da elevada inadimplência no mercado financeiro.

6. Recurso improvido.

7. À unanimidade.

(TJPE - Recurso de Agravo nº 0209394-7-01; Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena; 1ª Câmara Cível; Publicação em 06/08/2012).

O recurso, portanto, seja pela sua manifesta improcedência, seja por estar em flagrante confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, impõe ao Relator a observância da previsão contida no "caput" do art. 557, do Código de Processo Civil, o qual dispõe:

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao presente Agravo de Instrumento, com base no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, determinando, por consequência, o seu arquivamento, tão logo a decisão esteja albergada pelo manto da coisa julgada.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Recife, 15 de abril de 2014.

Stênio Neiva Coêlho

Desembargador Relator"




Analisando a argumentação apresentada pela companhia agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar os demais termos da decisão açoitada.

Nesse toar, entendo que a decisão encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de **manter incólume a decisão** nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator